

TERRITÓRIO, POBREZA E HABITAÇÃO: AS INTERVENÇÕES HABITACIONAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

Jorge Vinícios Silva Gondim¹; Rosa Maria Cortês de Lima²

¹Estudante do Curso de graduação em Serviço Social – CCSA – UFPE; E-mail: jviniciosfenty@gmail.com,

²Docente/pesquisadora do Depto de Serviço Social – CCSA – UFPE. E-mail: cortez.rosa@gmail.com.

Sumário: Este trabalho discute sobre a configuração dos Territórios da Pobreza na Região Metropolitana do Recife (RMR), tendo como recorte espacial as áreas pobres situadas nos municípios de Araçoiaba, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Moreno e São Lourenço da Mata. Esses municípios apresentam nível médio de integração com a cidade polo – o Recife –, quando são consideradas as dinâmicas e fluxos econômicos neste territórios. O estudo procura desvelar os impactos de investimentos econômicos e seus rebatimentos nos assentamentos populares consolidados, observando as ações do Estado, ou sua ausência, e as formas de promoção de habitação para a faixa de interesse social. Alicerçado em levantamentos teóricos e empíricos, o trabalho percorre informações retiradas de fontes oficiais de diferentes instâncias, com ênfase na municipal, visitas de campos e registros fotográficos, leituras bibliográficas e uso de mapas digitais.

Palavras-chave: assentamentos populares; habitação; pobreza; região metropolitana do Recife; território

INTRODUÇÃO

Este trabalho examina os territórios de pobreza na RMR, os investimentos econômicos que impactam nesses territórios, as intervenções do poder público via planos, programas e projetos para faixa de interesse social. Têm-se como campo de estudo Araçoiaba, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Moreno e São Lourenço da Mata. Verifica-se que a concepção de território assume perspectivas diversas segundo interpretações, bases teóricas e argumentativas distintas (SAQUET, 2010). Pobreza aqui é discutida sob diferentes perspectivas analíticas. Entre elas destaca-se a questão da sobrevivência biológica e as necessidades básicas, além da ausência de renda (CODES, 2008). A articulação entre os dois conceitos possibilita a aproximação dos aspectos referentes ao que denominado território da pobreza. Os resultados apresentados reúnem dados da pesquisa realizada durante um ano de Iniciação Científica (Agosto/2014–Julho/2015), expressa informações referentes aos municípios, bem como trata comparativamente planos, programas e projetos elaborados e executados nos municípios.

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho resulta de investigação iniciada em 2012 no âmbito do projeto “Impactos na Configuração dos Territórios da Pobreza na Região Metropolitana do Recife (RMR)”, coordenado pela professora orientadora. A pesquisa é distribuída em quatro fases, cada uma correspondente a um ano de investigação. A composição dessas fases corresponde ao grau de integração dos municípios com o polo metropolitano, em face da dinâmica e dos fluxos econômicos que impactam os territórios da pobreza e os critérios de estudo. Foram realizados levantamentos de informações com base em visitas de campo aos assentamentos populares dos municípios, tendo como critérios o acesso aos lugares, assentamentos situados em área urbana e rural e proximidade da sede do município. O processo de coleta e atualização de dados quantitativos e de base secundária nutriu-se de fontes diversas,

como: Agência CONDEPE/FIDEM, base de dados de Pernambuco, Atlas do Desenvolvimento Humano da RMR, entre outros, além de órgãos federais: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério das Cidades (MCidades), Caixa Econômica Federal (CEF), Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD), e agências multilaterais – Banco Mundial. Também fizeram parte das fontes consultadas jornais e revistas locais – Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio, Folha Metropolitana e Folha de Pernambuco. Compôs ainda a metodologia o levantamento de indicadores de condições de pobreza e indigência, IDHM, taxa de urbanização, aglomerados subnormais¹, condições de saneamento e outros que foram extraídos de fontes oficiais - IBGE (2010), Atlas Brasil (2010) e IPEA (2010/2012). Esses dados subsidiam o estudo teórico-metodológico e contribui para o exame das dados coletados, possibilitando a articulação entre o teórico e o concreto a partir de informações empíricas e, ao mesmo tempo, contribui para a simplificação do processo de elaboração do trabalho enquanto síntese do material selecionado e analisado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Embora possuam, em alguns casos, características rurais, os municípios estudados têm a maioria de sua população habitando a área urbana, que contabilizam, entre os municípios estudados, 351.205 habitantes no urbano e 54.853 no rural. O contingente de habitantes do município de São Lourenço da Mata reúne a maior população, sendo também o município com a mais alta taxa de urbanização (94,05%) dentre os demais, seguido por Igarassu (92,07%) e Moreno (88,54%). Ao todo os municípios ocupam uma área de 1.529,631 km², o que representa quase 50% da RMR (IBGE, 2010). Quando se analisa a prestação de serviços urbanos, nestes municípios de média integração com o Recife contata-se a existência de serviços básicos de esgotamento sanitário, abastecimento d'água, consumo de energia elétrica e coleta de lixo. Em relação à coleta de lixo Itapissuma (79,53%) apresenta o índice mais elevado, enquanto Araçoiaba depara-se com um número alarmante (55,21), portanto o mais baixo entre o conjunto. Quanto ao consumo de energia elétrica Ipojuca supera os demais com 461.283 (Mwh), aspecto relacionado ao fato de ser área de forte fluxo turístico. Já São Lourenço da Mata e Itapissuma detém os maiores índices de esgotamento sanitário, enquanto a Ilha de Itamaracá sobressai nos serviços de abastecimento de água, seguido pelo município vizinho de Itapissuma. No quesito de intervenções habitacionais, nesses territórios, percebe-se a articulação entre as instâncias federativas – União, estado e município. Tais intervenções abrangem o saneamento e prevenção de endemias, regularização fundiária, urbanização dos assentamentos populares, intervenções no sistema de abastecimento de água e prevenção de áreas de risco, bem como a construção de conjuntos habitacionais financiados pelo Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC), a exemplo do município de Moreno e outros construídos e em processo de construção com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), como em Igarassu e Ilha de Itamaracá. Mesmo que essas intervenções de habitação e saneamento estejam presentes nos municípios foi possível verificar a falta ou precariedade de infraestrutura nos assentamentos populares nos quais houve investimentos. Outro aspecto examinada refere-se à regularização fundiária, visto que com a explosão imobiliária associada também a criação de tais programas, segundo afirma Maricato (2013, p. 23) “[...] o coração da agenda da reforma urbana, a reforma fundiária/imobiliária, foi esquecido”. No que tange a política de habitação e aos planos foi constatado que entre os

¹ Segundo a metodologia adotada pelo IBGE (2010) Aglomerados Subnormais são conjuntos constituídos por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características: irregularidade das vias de circulação, tamanho e forma dos lotes e/ou – precariedade de serviços públicos, como: coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública.

sete municípios três não têm política habitacional, ou lei de Fundo e Conselho de Habitação, enquanto seis não contam com Plano de Habitação, impossibilitando o acesso ao financiamento oriundo da União. Agregada a tal questão, municípios como Moreno e São Lourenço da Mata estão em processo de elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), e já contam com Conselho e Fundo de Habitação. No caso da ausência desses instrumentos em município da RMR deixa visível a falta de compromisso desse ente federativo com a questão habitacional no âmbito de sua jurisdição que segundo Holz e Monteiro (2008), tais instrumentos se articulam com a busca de alternativas para enfrentar a grave questão habitacional do país. A Constituição Federal de 1988 ao estabelecer no artigo 182 a Política de Desenvolvimento Urbano e da função social da propriedade e no artigo 183 o direito de usucapião urbano inclui, assim, a questão habitacional, sendo esses artigos regulamentados no Estatuto das Cidades (2001). Todavia, a fragilidade de intervenções do Estado no território municipal impacta fortemente nos assentamentos populares, uma vez que estes deixarem de contar com ações efetivas no campo da habitação e regularização fundiária (HOLZ e MONTEIRO, 2008). Os municípios de Araçoiaba, Moreno e Ipojuca, apresentam intervenções na área do esgotamento sanitário, ampliação da rede de abastecimento de água, prevenção de áreas de risco, em especial, em Moreno, além de projetos de urbanização de áreas pobres, com mais de 50 milhões de reais em investimentos. Muitas destas intervenções encontram-se concluídas ou em andamento como a ampliação do Sistema de Abastecimento de Água nas praias de Porto de Galinha, Maracaípe, Muro Alto e nas comunidades de Rurópolis, Centro e Campo do Avião, em Ipojuca. São Lourenço da Mata apresenta o maior índice de urbanização dentre os municípios pesquisados. O aumento desse indicador relaciona-se com a escolha do município para a Copa do Mundo de 2014 – “A Cidade da Copa” – canalizando investimentos de setores públicos e privados para a construção da Arena Pernambuco, obras de infraestrutura urbana, acesso a arena e entorno, além dos corredores exclusivos para ônibus, estação de metrô – Cosme e Damião – conjugado com Camaragibe, Recife e outros municípios da RMR. Os investimentos previstos ultrapassam a marca de 1/2 bilhão de reais, não sendo concretizadas obras de urbanização do rio Capibaribe, contenção de encostas e a ampliação do sistema de abastecimento de água, no total de R\$4.567,051 envolvendo União, estado e município. Contudo, as ações executadas impactaram fortemente em assentamentos populares próximos a Arena da Copa, que segundo Mello (2015), gerou a remoção de famílias com baixa ou sem indenização. A autora aponta para o forte processo de especulação imobiliária nas áreas – São Lourenço e Camaragibe – incentivado pelo *marketing* municipal, ao afirmar que o projeto da “Cidade da Copa” é utilizado para gerar novas dinâmicas (MELLO, 2015), que em sua maioria visam investimentos e crescimento econômico, mas nitidamente segregam e excluem os mais pobres. Já o município de Igarassu conta com a elaboração de estudos e projetos para as ruas Piauí e Paraná e a ampliação das fluentes da Estação de Tratamento de Água Botafogo e a Estação de Abastecimento de Água no Loteamento Cortegadas. Obras que somam R\$6.973,086 mil reais, além do PMCMV em processo de elaboração do projeto destinado a assentamentos rurais e urbanos. Pela proximidade, os municípios de Itapissuma e Itamaracá realizam em seu território obras de provisão de moradia em suas respectivas sedes, no caso de Itamaracá por meio do PMCMV, em elaboração. Juntos os municípios detêm um investimento de mais de R\$116.000.000,00, distribuídos em tais obras.

CONCLUSÕES

As condições de habitação nos territórios de pobreza nos municípios estudados da RMR desvelam precariedade e forte desigualdade em relação a outras porções do território metropolitano. O direito à moradia, preconizado na Carta Constitucional de 1988 e

reafirmando no PNH (2004), ainda não se expressa nas condições de moradia dos habitantes dos assentamentos populares. Consta-se forte precariedade das moradias – muitas dispostas em encostas, outras próximas a cursos d’água –, além de ausência de infraestrutura – saneamento básico, drenagem, vias de acesso, resíduos sólidos dispostos nos espaços públicos afetando as condições de vida da população local. O processo de autoconstrução de moradias é patente, assim como o avanço de construções de habitações verticais. Quase na totalidade estes municípios dispõem de Política Habitacional e de instrumentos como: Fundo e Conselho de Habitação e PLHIS, possibilitando o acesso a recursos da União – Ministério das Cidades – e financiamento destinados a implementação de programas e projetos no campo da habitação de interesse social. Consta-se, no âmbito deste estudo, os impactos oriundos das obras realizadas para o Mundial da Copa, em 2014, sobre os assentamentos precários nos municípios de São Lourenço da Mata e Camaragibe que provocou a retirada de moradores de áreas habitadas a mais de 40 anos. Assim, a ação pública do Estado contrapõe-se ao direito à habitação e ao cumprimento da promoção de moradias, pelo Estado, para os segmentos populares. Agregado as questões expostas pode-se apurar, também, que mesmo com projetos que viabilizam o acesso à habitação a exemplo do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), construção de unidades habitacionais com financiamento do Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC), além de obras na melhoria do saneamento básico. São muitos os desafios a serem vencidos, para assegurar habitabilidade e o direito à moradia população moradora desses assentamentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPq pela bolsa concedida. Agradeço também a Professora Rosa Maria Cortês de Lima pelas inúmeras contribuições ao longo do processo de construção deste e de outros trabalhos, e aos colegas que compõem o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Habitação e Saneamento Ambiental (NEPHSA) pela parceria.

REFERÊNCIAS

- CODES, A. L. M. **A Trajetória do pensamento científico sobre pobreza:** em direção a uma visão complexa. IPEA: Texto para Discussão n. 1332, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br>>. Acesso em: 18 jun. 2015.
- HOLZ, S.; MONTEIRO, T. V. de A. **Política de Habitação Social e o direito a moradia no Brasil.** Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/158.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2015
- IBGE. **Aglomerados subnormais:** primeiros resultados. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd_2010_aglomerados_subnormais.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2015.
- IBGE. Censo Demográfico, 1991, 2000, 2010.
- LIMA, R. M. C. de. **Impactos na Configuração dos Territórios da Pobreza da Região Metropolitana do Recife.** Recife: Projeto de Pesquisa. 2012-2015.
- MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido. In: MARICATO, E. *et al.* (Orgs.). **Cidades Rebeldes:** Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1 ed. São Paulo: Boi Tempo: Carta Maior, 2013.
- MELLO, G. M. S. “São Lourenço da Mata, Cidade da Copa”: a (re)construção da imagem da cidade e suas implicações na dinâmica territorial. In: RAMALHO, A. M. F. **Recife:** Os impactos da copa do mundo 2014. Rio de Janeiro: Oficina de Livros, 2015.



SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de territórios.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.